



Resposta a pensar nas saídas para a crise...

Lisboa, 5 de Abril de 2009

Cara Monique:

A carta que me enviou é da maior riqueza e permite entrar no cerne dos graves problemas com que se deparam as economias nos dias de hoje... Como habitualmente, põe o dedo nas feridas fundamentais, distinguindo, com muita clareza, um liberalismo pobre, exclusivamente mercantilista, de uma outra perspectiva liberal, com forte dimensão social, que nos conduz à raiz do pensamento da esquerda democrática. A liberdade, no fundo, é um valor incindível que envolve a afirmação do cidadão, como actor social e como titular de direitos subjectivos, de responsabilidades e de dignidade pessoal, mas também como sujeito económico, cuja realização humana passa pela criação,

Como habitualmente, põe o dedo nas feridas fundamentais, distinguindo, com muita clareza, um liberalismo pobre, exclusivamente mercantilista, de uma outra perspectiva liberal, com forte dimensão social, que nos conduz à raiz do pensamento da esquerda democrática.

pelas trocas no mercado e pelos benefícios inerentes à livre iniciativa económica e ao direito à propriedade privada. Regular a sociedade individualista e democrática, dar sentido concreto à ambição da igualdade, ponderar direitos e responsabilidades, conciliar a democratização do ensino e a criação de elites com qualidade que o aperfeiçoamento de conhecimentos exige, eis o que obriga à audácia de novas sínteses e de novas respostas. É fundamental, ainda, regressar aos valores de um modo não dogmático nem autoritário. Família (como realidade complexa), comunidade, trabalho, rigor, respeito não podem ser esquecidos. Do mesmo modo, a legalidade, a legitimidade (de origem e de exercício) e a justiça na vida democrática obrigam a que a autoridade se baseie na cidadania e que a responsabilidade seja a contrapartida de uma maior participação.

Nada disto pode significar que o cidadão se confunda com uma mercadoria ou que o lucro económico se torne o horizonte fundamental da satisfação de necessidades. Como foi defendido por François Perroux, a noção de desenvolvimento económico e social exige a compreensão de que a liberdade económica, a livre iniciativa, a concorrência, o reconhecimento do direito de propriedade, a liberdade de trabalho, a valorização do mercado não podem deixar de ser inseridos num contexto de funções e responsabilidades sociais. E se dúvidas houvesse, a crise financeira que actualmente atravessamos demonstra com muita nitidez que foi a tentação de pôr o mercado em primeiro lugar, em detrimento das pessoas, e o ganho a todo o custo, na primeira linha que conduziu ao ponto em que nos encontramos. O mercado é importante, mas é um dos meios de regulação económica, não o único. E a verdade é que sem mercado as liberdades são postas em causa.

Assim, a actual crise financeira não põe em xeque a perspectiva liberal. O que está em causa é uma adulteração da li-



berdade económica que se travestiu rapidamente de primado da especulação e da ilusão, em vez de cuidar de uma economia humana e de um desenvolvimento orientado para as pessoas e para a sua dignidade. A “economia de casino”, que esteve na ordem do dia nas últimas décadas foi, afinal, a negação da economia como factor de criação. A especulação prevaleceu sobre a criação, a economia das aparências ocupou o lugar da economia real. Como diria Vilfredo Pareto, o ciclo de especulação prevaleceu sobre o da criação. Deste modo, foi a própria economia a ser afectada, na sua essência, uma vez que em lugar da satisfação das necessidades humanas cuidou-se sobretudo de fazer crer que o fundamental era cultivar o crescimento a todo o custo. E se é certo que houve desenvolvimento, a verdade é que as instituições financeiras se deixaram enlevar numa lógica de objectivos quantitativos inatingíveis que não poderiam conduzir senão a tremendas mistificações.

Não é, pois, legítimo confundir a opção socialista liberal com o primado do crescimento a todo o custo ou com as mistificações especulativas. E se insistimos em falar da importância do socialismo liberal, na linha de Rosselli e de Bobbio, é para dizer que o elemento liberal se reporta à antiga tradição política que liga o respeito pela esfera individual e a salvaguarda da coesão social e das responsabilidades cívicas. Nos fim dos anos cinquenta, Carl Schiller apelava para “o mercado tanto quanto possível, o Estado quanto necessário”, na linha da tradição social-democrática e hoje devemos reinterpretar essa afirmação à luz dos acontecimentos mais recentes, afirmando a necessidade de estabelecer uma nova relação entre o Estado e o mercado, uma aliança respeitadora da complementaridade dos parceiros, de consagrar um novo “New Deal”, que permita evitar duas perversidades — a do excesso de direcção do Estado e a da ilusão sobre os poderes ilimitados do mercado. Importa, assim, começar por desmistificar a consideração de que a palavra liberal se tornou maldita e que é sinónima dos erros que foram cometidos em nome do fundamentalismo do mercado. De facto, o que se passou é que a corrida atrás de uma mistificação do mercado conduziu à desvalorização dos valores da coesão e da confiança. Apesar de há muito se verificar que os elementos ligados ao capital social se vinham enfraquecendo e degradando, poucos se aperceberam de que estavam em causa os fundamentos da economia.

A crise financeira originou-se na acumulação de factores perversos, de que o sub prime foi apenas um dos sintomas; o crédito barato, o excesso consumista, o endividamento excessivo das famílias, a insustentabilidade da actividade financeira ligaram-se à falta de credibilidade contabilística e à ausência de mecanismos eficazes de alerta e de regulação. Considerou-se normal viver acima das possibilidades próprias, com recursos de que não se dispunha efectivamente, sempre na ideia de que o crescimento económico geraria os meios suficientes para cobrir o endividamento crescente assumido em nome das gerações futuras. No entanto, o crescimento não se baseava na criação e na economia real, mas na hiper-valorização de recursos patrimoniais, a partir da especulação que acompanhou o desenvolvimento da “bolha imobiliária”, como já acontecera, numa muito menor dimensão, com a “bolha informática”. O domínio absoluto das falsas expectativas e das ilusões ficou, aliás, patente no caso “Madoff”, que não pode confundir-se com um epifenómeno ou com um caso de insanidade mental. Trata-se

Carl Schiller apelava para “o mercado tanto quanto possível, o Estado quanto necessário”, na linha da tradição social-democrática e hoje devemos reinterpretar essa afirmação à luz dos acontecimentos mais recentes, afirmando a necessidade de estabelecer uma nova relação entre o Estado e o mercado.

de um sintoma absolutamente coerente com o ambiente geral.

A situação norte-americana dos mercados financeiros desregulados e a má qualidade de um número significativo de fundos, em lugar de se confinar aos Estados Unidos, transmitiu-se ao mercado global, até por força de uma ânsia geral de ganhos fáceis e rápidos, tornando-se uma crise muito profunda e de dimensões imprevisíveis. Deste modo, verificou-se que a mentalidade era semelhante, de um lado e do outro do Atlântico, havia portanto condições favoráveis a que uma onda especulativa se desenvolvesse em busca de ganhos muito rápidos e fáceis. Os fundos pouco recomendáveis foram procurados e criados um pouco por toda a parte. Para surpresa de muitos, o sub prime estava espalhado e não confinado ao território americano.

Na Europa, os mercados mais abertos e também mais vulneráveis à especulação tornaram-se rapidamente prisioneiros do efeito em cadeia da crise financeira norte-americana, que assim se tornou global e com fronteiras indefinidas, não afectando apenas algumas famílias menos previdentes, mas a generalidade do sector financeiro. O caso da Islândia é muito significativo, uma vez que se tratou de um Estado soberano a cair no logro das operações financeiras atractivas e de ganho aparentemente chorudo, fácil e imediato. E se o caso ocorreu com um Estado soberano, por maioria de razão atingiu instituições financeiras obrigadas a apresentar resultados competitivos e a demonstrar uma grande eficácia de gestão. No entanto, como os objectivos eram irrealistas, o ilusionismo passou a ter de ser praticado, e todos se foram enganando e mentindo aos seus clientes, que estiveram confiantes até aos primeiros sinais de alarme. Daí ao descalabro foi um ápice.

O “crash” das Bolsas mundiais do Outono de 2008 veio a abrir um novo capítulo na situação internacional, uma vez que deixou de poder falar-se apenas na crise do sub prime, para ter de se falar numa crise financeira global, indutora da recessão económica global, que se tem aproximado perigosamente da situação depressiva dos anos trinta do século XX, apesar de hoje possuímos muito mais informação do que então e de haver, pelo menos em teoria, instrumentos de coordenação que poderiam funcionar se houvesse uma vontade comum de acção e de regeneração. Como Paul Krugman tem afirmado, a única diferença em relação a 1930 é que hoje estamos mais informados, mas isso não quer dizer nada quanto a cometermos ou não os mesmos erros (ou outros piores). De facto, a incerteza e a desconfiança instalaram-se e não são boas conselheiras

ras. Há sempre a tentação muito forte de cada um procurar tentar salvar-se a todo o custo e só por si. E sabemos bem que os nadadores salvadores não têm dúvidas de que, no acto de salvamento, a vítima que pretendem salvar é quem mais temem, uma vez que, nos seus movimentos desesperados, ataca o salvador, além de agir na prática de modo suicida. Assim se passa também nas crises económicas por causa da tentação de cada um agir por si, o que só agrava a situação.

A globalização, como fenómeno contemporâneo, acelerou a transmissão da doença, transformando-a em epidemia, ora na sua expressão recessiva, ora como manifestação deflacionista (fazendo lembrar as recentes dificuldades da economia japonesa, de onde esta ainda não conseguiu sair); no entanto, a crise financeira poderá constituir-se em oportunidade para combater os males estruturais que a situação actual comporta. Etimologicamente, a palavra crise significa cruz ou encruzilhada. Foi Hipócrates quem aplicou o termo à medicina, para significar o momento decisivo em que o doente morre ou começa a vencer a enfermidade. Hoje, importa saber se esta crise se poderá constituir numa verdadeira oportunidade, o que obriga a tentar perceber se há vontade e determinação suficientes (nos Estados Unidos, na União Europeia, no Grupo dos 20 países mais ricos etc.) para romper com a inércia e agir em contraponto aos erros que foram cometidos e que levaram à ilusão e ao desastre actual.

O primado das “economias de casino” foi acompanhado de um progressivo aumento das desigualdades na distribuição de rendimentos e no agravamento das injustiças sociais, com repercussões na quebra da coesão social e na degradação do “capital social”, com inerente pressão migratória desregulada sobre as regiões mais desenvolvidas. Esse agravamento das desigualdades era referido como uma inevitabilidade da globalização, no entanto, o atraso e o subdesenvolvimento não podem continuar a ser considerados como fatalidades. Há que contrariá-los, criando condições para que haja coesão, desenvolvimento regional, confiança, partilha de responsabilidades, transparência e prestação de contas fiáveis e verdadeiras.

Os instrumentos disponíveis de auditoria, de regulação e de supervisão das actividades financeiras revelaram-se manifestamente insuficientes face à dimensão dos riscos assumidos e à ausência de uma prevenção adequada; por outro lado, como tem

sido referido por Joseph Stiglitz, as organizações económicas internacionais revelaram-se incapazes de aconselhar adequadamente os países em desenvolvimento no sentido da adopção de estratégias eficientes e justas. Tudo parecia correr sem sobressaltos, até ao momento em que alguns perceberam que havia alguma coisa de grave e de diferente que estava a acontecer. A economia mundial apresentava sinais de uma grave doença.

A falta de verdade contabilística, induzida pela obsessão no incremento das taxas de crescimento, na prática artificiais, teve como efeito a fragilização da credibilidade das instituições financeiras e económicas e da confiança dos sujeitos económicos e dos cidadãos, o que se tornou patente a partir do momento em que os sintomas da crise se foram manifestando. Os sinais já dados anteriormente no caso Enron, que levaram à aprovação pelo Congresso em 2002 da lei Sarbanes — Oxley, revelaram-se, desta vez, muito mais agravados, em virtude da generalização do fenómeno entretanto ocorrida. Afinal, os erros cometidos não eram excepcionais, havia quem fizesse disso uma prática quase natural.

A fragmentação nas respostas aos primeiros sinais de crise e a falta de capacidade para combater, de facto, as tentações proteccionistas têm arrastado a situação, uma vez que persiste a desatenção aos temas da coordenação dos investimentos estruturantes e das políticas de protecção e criação de empregos, em especial no tocante à produtividade e à valorização do binómio educação / formação. Assim, assiste-se, na prática, à falta de coordenação de políticas económicas (de que a ausência clamorosa de um “governo económico” da União Europeia é exemplo), bem como à concretização de políticas que tendem a proteger mais os desempregados em lugar de procurar salvaguardar os postos de trabalho. Daí que haja o risco de adiar os problemas, sem resolvê-los verdadeiramente. Por outro lado, as políticas educativas tornam-se cada vez mais importantes — desde a valorização das formações profissionais até ao combate ao insucesso escolar e ao abandono.

Com razão, volta a dar-se atenção na União Europeia à designada “Estratégia de Lisboa”, uma vez que esta pressupõe: a definição de objectivos exigentes de crescimento e de desenvolvimento centrados na economia do conhecimento; a consideração da necessidade de ligar a competitividade à coesão económica e social; e a articulação entre melhor emprego, melhor educação, formação e inovação científica e tecnológica. Ora nenhum destes objectivos pode realizar-se sem coordenação de políticas públicas e sem um combate ao proteccionismo. E basta lembrarmo-nos do que se passou nos anos trinta para percebermos que o agravamento da crise e a ineficácia dos instrumentos aplicados tiveram a ver com as tentações de concretização de políticas fragmentárias e dispersas. Eis por que razão se exige mais Europa política e económica na actual fase da situação internacional. A preservação da concorrência internacional e de um mercado global obriga a que haja coordenação de políticas, governação económica europeia, regulação articulada e subsidiariedade a sério.

Ao contrário do que pensaram nos anos trinta J. Schumpeter ou F.A. Hayek, com pressupostos diferentes, uma situação como então ou agora se viveu ou vive não se soluciona espontaneamente, tal a importância das ondas de pânico e dos efeitos sociais depressivos com graves e imprevisíveis consequências. Schumpeter procurava levar às últimas consequências a ideia de

Hoje, importa saber se esta crise se poderá constituir numa verdadeira oportunidade, o que obriga a tentar perceber se há vontade e determinação suficientes (nos Estados Unidos, na União Europeia, no Grupo dos 20 países mais ricos etc.) para romper com a inércia e agir em contraponto aos erros que foram cometidos e que levaram à ilusão e ao desastre actual.



“destruição criadora” e Hayek acreditava piamente na força regeneradora exclusiva do mercado, como ordem natural. No entanto, J. M. Keynes e Richard Kahn contrapuseram (como tem lembrado Paul Samuelson) que, numa economia com desemprego e forte quebra na produção, um dólar a mais na despesa pública em produtos de consumo, especialmente naqueles que os consumidores normalmente não comprem, seria mais útil do que um dólar gasto em aumentar a produção total. E os estudos realizados têm também concluído que (nestas circunstâncias, e só nelas, de desemprego e forte quebra no produto) a baixa de impostos é menos eficaz pelo simples facto de os beneficiários aforrarem uma parte substancial desse dinheiro, em especial nas épocas de incerteza...

Não se trata, porém, de esquecer que a despesa pública tem de ser especialmente controlada, em particular no domínio do consumo, a fim de que não induza desperdício e que não se traduza em endividamento prejudicial para as gerações futuras. Temos de entender que há um “fine tuning” que tem de ser assegurado e conseguido na concretização de tais providências, ou seja, um equilíbrio entre o gasto público e a capacidade auto-regeneradora do mercado. Se Keynes vivesse hoje certamente que nos diria duas coisas, em nome da sua lógica genuinamente liberal: uma, que em tempo de pleno emprego, houve abusivas e falsas reivindicações do seu nome, em vão, fazendo-se exactamente o contrário do que sempre preconiz-

zou; outra, que no momento actual haveria, sim, que pôr em prática uma política de gasto público para reconstituir a procura efectiva global. E se se fala hoje sobretudo nas despesas militares dos anos trinta na Alemanha de Hitler, e nos Estados Unidos depois de 1940, não há razões económicas para dizer agora que a despesa em obras públicas pacíficas funcionaria de um modo distinto.

Como fica dito, a crise a que assistimos e cujas consequências sofremos deve-se primordialmente ao esquecimento dos princípios que a tradição liberal-democrática consagrou. E é fundamental que recordemos esta ligação liberal e democrática. Não estamos a deixar-nos iludir por concepções simplificadoras e mercantilistas, que nada têm a ver com a preocupação fundamental, de que falam Carlo Rosselli e Norberto Bobbio, que se reporta à valorização do governo das coisas, em lugar do governo das pessoas. O governo das coisas orienta a economia no sentido da satisfação das necessidades humanas, sem esquecer a legitimidade dos cidadãos que consolida as instituições. É essa tradição liberal que nos conduz à linhagem das conquistas que se foram afirmando no sentido da afirmação dos factores democráticos — a Magna Carta de 1215, o percurso que conduziu à Revolução inglesa de 1688-89, à revolução americana e à revolução francesa. O código genético da legitimidade democrática contemporânea tem estas origens, genuinamente liberais. No entanto essa base liberal foi enriquecida em diálogo com a

industrialização, nas suas diferentes vagas, não podendo deixar de se referir a tomada de consciência no século XIX e depois no século XX da importância dos movimentos sociais, do sindicalismo, do cooperativismo, até à crítica dos totalitarismos. Daí dever falar-se à esquerda num amplo movimento de realização progressiva da liberdade e da justiça entre as pessoas... E estas ideias de movimento e da sua compreensão são fundamentais, contra as ilusões do “Estado colectivista”, das razões de Estado e das ditaduras do proletariado.

É muito curioso verificar no “crash” de 2008 uma espécie de contraponto em relação à queda do muro de Berlim de 1989 e à tentação das simplificações ligadas ao “fim da história”. E esta complementaridade pode fazer-se, uma vez que a eleição do Presidente Barack Obama abriu novas perspectivas de esperança e novas linhas de acção, que também devem ser consideradas no plano económico. Afinal, também as economias capitalistas sofreram os efeitos nefastos da contradição entre as virtualidades da economia livre e a tentação de a instrumentalizar ao serviço de meros cálculos especulativos ou de natureza puramente financeira. No fundo, a economia livre e a sociedade aberta devem ser vistas a partir das suas virtualidades criadoras, o que exige funcionamento das economias reais e capacidade inovadora. Nesse sentido, Schumpeter deve ser ouvido, já que as lições da actual crise obrigam a perceber-se que o investimento, além de reconstituir a procura efectiva global, tem, necessariamente, de ser reprodutivo, tem de criar emprego, deve respeitar a regra de ouro das Finanças Públicas (o défice público deve ser igual ou inferior ao investimento reprodutivo) e tem de favorecer a inovação, a competitividade e a produtividade.

Eis por que razão a intervenção do Estado deve ser disciplinadora e reguladora. O Estado não pode ser produtor, não deve substituir-se à livre iniciativa, mas tem de ser um catalizador das diferentes iniciativas. Daí a importância de se regressar ao planeamento democrático, que foi perigosamente abandonado. Com medo (legítimo) da tentação planificadora imperativa, largou-se (ilegitimamente) o indispensável planeamento indicativo, e o consequente acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos. E basta lembrarmo-nos do projecto europeu, cujo sucesso se deve à visão e à audácia de um planeador, Jean Monnet, que durante a guerra esteve ao lado de Roosevelt e depois dela lançou as bases do que hoje é a União Europeia. Mas não tenhamos ilusões, se prevalecer (como tem prevalecido) a navegação à vista, o projecto europeu poderá condenar-se por ausência de rumo e de reflexão. Oíça-se Jacques Delors a dizer-nos exactamente que falar hoje de governo económico da União Europeia é exigir mais política e mais políticas económicas coordenadas, em torno dos interesses comuns.

Ora, o “crash” de 2008 revelou o fim de um modo de gerir a economia capitalista apenas a partir do funcionamento espontâneo do mercado. Afinal, foi o próprio mercado a tornar-se



vítima desta ilusão, o feitiço virou-se contra o feiticeiro, uma vez que a concorrência tem de ser protegida, que a regulação financeira e a supervisão têm de ser mais exigentes, e que a inovação, a produtividade e a competitividade têm de ser incentivadas. Se em 1989 a palavra “socialismo” pareceu afectada na sua imagem, em 2008 a palavra “liberal” pôde também ser posta aparentemente em causa. No entanto, se virmos bem do que se trata é de tirar lições da história, serenamente.

O que caiu em 1989 não foi a ideia de um “socialismo” orientado para as pessoas e preocupado em salvaguardar a liberdade, no contexto de um movimento de realização pro-

É muito curioso verificar no “crash” de 2008 uma espécie de contraponto em relação à queda do muro de Berlim de 1989 e à tentação das simplificações ligadas ao “fim da história”.



gressiva da liberdade e da justiça entre os homens, mas sim a ideia de um Estado produtor, centralizado, burocrático, injusto e ineficiente. O que foi posto em causa em 2008 não foi a ideia “liberal” das grandes revoluções democráticas, mas a tentação de tornar o mercado alfa e ômega da vida económica e de fazer do lucro fácil e imediato o único agulhão da satisfação de necessidades. Daí a necessidade de voltarmos a reconstruir o compromisso entre o Estado e o mercado, de que fala Amartya Sen, de modo que, em vez do centralismo, da burocracia e da ineficiência, tenhamos articulação de esforços e incentivos eficientes para a inovação, para a produtividade e para a ca-

Se em 1989 a palavra “socialismo” pareceu afectada na sua imagem, em 2008 a palavra “liberal” pôde também ser posta aparentemente em causa. No entanto, se virmos bem do que se trata é de tirar lições da história, serenamente.

pacidade competitiva. Não se trata de repetir o “New Deal”, mas de assumir a mesma disponibilidade e a mesma atitude. E Barack Obama é uma esperança, exactamente como foi Roosevelt. Mas circunstâncias diferentes obrigam a respostas diversas. Não basta, por isso, pensar-se apenas no Estado, sob pena de estarmos a reconstruir um novo e pernicioso centralismo burocrático. Não basta realizar despesas públicas (ainda que a intervenção no sector financeiro seja fundamental, em nome da confiança e da concorrência), é indispensável, sim, usar o gasto público como uma alavanca fundamental, desde que haja controlo rigoroso e justificação para os resultados pretendidos e efectivamente alcançados.

Os défices públicos devem ser transitórios e têm de ser escrupulosamente justificados. E, de novo, temos de nos lembrar das lições da política norte-americana do “New Deal”. Nem tudo correu bem, mas houve sempre a preocupação de pilotar as realizações (recorde-se a história da TVA, Autoridade do Vale do Tennessee), então o planeamento indicativo funcionou, com abandono dos projectos que não atingiam os objectivos desejados. O acompanhamento e a avaliação das medidas contra a crise são, assim, fundamentais, para que os cidadãos contribuintes saibam como está o seu dinheiro a ser utilizado no sentido de reorientar a economia no sentido da estabilidade e da confiança. O emprego, a evolução dos preços, o crescimento económico, o incentivo à inovação e à competitividade têm de ser objecto de um rigorosíssimo escrutínio. Os perigos da inflação e da deflação, o nível de emprego, a ligação entre qualificações e mercado de trabalho, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a sustentabilidade dos sistemas de segurança social, tudo tem de ser objecto de adequado acompanhamento, no sentido da estabilização conjuntural e da evolução estrutural.

E se falâmos da protecção da concorrência (através do aperfeiçoamento das respectivas entidades reguladoras, devemos ainda referir a prevenção da corrupção e o combate às mais diversas formas de competição ilegítima, por força do efeito perverso dos “paraísos fiscais” (off shores), que criam um sistema global grandemente assimétrico, incentivador de uma falsa liberdade económica, ligada à corrupção e ao crime internacional, sob a capa de livre cambismo. Daí que quando se usa na gíria política a expressão “neo-liberalismo” não se fala de um valor liberal, mas de uma perversão, a que Stiglitz tem chamado “fundamentalismo de mercado”. E, a talhe de foice, refira-se o tema da “sociedade de mercado”. Estou, no essencial de acordo com o que me diz sobre esse tema. Acontece, porém, que há uma acepção que devo recusar nessa expressão, trata-se da mercantilização da sociedade, em que tudo tende a tornar-se uma mercadoria, esquecendo o que Perroux dizia



sobre o facto de as coisas realmente valiosas serem as que não têm preço. Eu, por mim, prefiro demarcar-me de uma aceção redutora da “sociedade de mercado”, mas como resulta de tudo o que tenho defendido ao longo da nossa correspondência, não se trata de diabolizar o mercado, mas sim de o ater à satisfação das necessidades humanas como modo espontâneo e insuperável de regulação económica.

Onde nos conduzirá a situação actual? Que respostas se nos exigem? O ciclo de especulação, para usar a expressão de Vilfredo Pareto, tornou-se insustentável. As “falhas de mercado” e as “falhas de Estado” associaram-se para produzir um grave crise financeira da qual apenas poderemos sair com políticas públicas coordenadas que ponham em primeiro lugar o desenvolvimento humano, através da valorização das economias reais e do favo-

recimento do investimento reprodutivo, apto a criar emprego. Daí a importância da justiça distributiva e da coesão económica e social. O investimento público deverá ser considerado e incentivado, desde que devidamente planeado e avaliado. O endividamento deverá crescer moderadamente e sob controlo, para evitar as tentações discricionárias e proteccionistas, que espreitam teimosamente em conjunturas como aquela que atravessamos.

Devemos desconfiar de todas as simplificações. A solução para a crise actual não será encontrada num só país (daí a importância de fazer nascer o governo económico da União Europeia e de realizar a Estratégia de Lisboa) nem apenas a partir de uma intervenção maciça do Estado na economia. A intervenção pública torna-se necessária transitoriamente, desde que limitada e controlada, sabendo-se exactamente o que se quer e articulando cuidadosamente meios e objectivos. A confiança tem de ser restabelecida e a regulação financeira tem de ser aperfeiçoada. Do que se trata, no fundo, é de cuidar da eficiência e da equidade, da liberdade e da justiça, em vez da lógica do casino que está nos antípodas de um desenvolvimento humano. Em vez de proteccionismo, precisamos de coordenação. Em lugar do fundamentalismo do mercado, precisamos de uma aliança entre o Estado e o mercado. Em vez da desordem dos paraísos fiscais, que favorecem a corrupção, o branqueamento de capitais e o crime em geral, deveremos ter uma concorrência justa e uma globalização humana, onde não prevaleça a “lei da selva”...

Eis, prezada amiga, mais estas reflexões suscitadas pela última carta, de quem muito agradece este estimulante diálogo. Amigos cumprimentos. ●

Guilherme

Devemos desconfiar de todas as simplificações. A solução para a crise actual não será encontrada num só país (daí a importância de fazer nascer o governo económico da União Europeia e de realizar a Estratégia de Lisboa) nem apenas a partir de uma intervenção maciça do Estado na economia.